



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

416

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 12/05/1996
C	Rubrica

Processo n.º 13822.000161/91-46

Sessão de : 09 de dezembro de 1993

Acórdão n.º 203-00.896

Recurso n.º: 90.962

Recorrente : CIA. AÇUCAREIRA DE PENÁPOLIS

Recorrida : DRF em Araçatuba - SP

CAA - Impossibilidade de ocupar, simultaneamente, as vias judicial e administrativa. Renúncia ao direito de recorrer ou desistência do recurso interposto, do qual, por isso, não se conhece.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por CIA. AÇUCAREIRA DE PENÁPOLIS.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, por renúncia da via administrativa.** Ausentes os Conselheiros Mauro Wasilewski e Tiberany Ferraz do Santos.

Sala das Sessões, em 09 de dezembro de 1993

Osvaldo José de Souza - Presidente

Sebastião Borges Taquary - Relator

Silvio José Fernandes - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 23 MAR 1995

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Ricardo Leite Rodrigues, Maria Thereza Vasconcellos de Almeida, Sérgio Afanásieff e Celso Angelo Lisboa Gallucci.

fclb/



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE<sup>S</sup>

Processo n.<sup>o</sup> 13822.000161/91-46

Recurso n.<sup>o</sup>: 90.962

Acórdão n.<sup>o</sup>: 203-00.896

Recorrente: CIA. AÇUCAREIRA DE PENÁPOLIS

### RELATÓRIO

Contra a empresa acima mencionada foi lavrado auto de infração (fls. 01), datado de 10.09.91, para recolhimento do crédito tributário, a título de Contribuição e Adicional sobre Açúcar e Álcool, referente aos meses de janeiro a junho de 1991.

Enquadramento legal: art. 1.<sup>º</sup> do Decreto-Lei n.<sup>º</sup> 1.712/79; art. 1.<sup>º</sup>, parágrafo 1.<sup>º</sup>, do Decreto-Lei n.<sup>º</sup> 1.952/82; art. 2.<sup>º</sup> do Decreto-Lei n.<sup>º</sup> 2.471/88; e art. 364, II, do RIPI, aprovado pelo Decreto n.<sup>º</sup> 87.981/82.

A contribuinte apresentou impugnação dentro do prazo regulamentar alegando a constitucionalidade da exigência, razão pela qual promoveu medida cautelar inominada, preparatória de ação ordinária, com pedido de concessão de liminar condicionada a depósito em dinheiro, cujo pleito fora deferido em 31.05.89.

O autor do feito, em informação prestada a fls. 38/39, esclareceu não ser de sua competência opinar sobre a legalidade das normas que regem a matéria e que o presente auto refere-se aos meses para os quais não foram efetuados os depósitos judiciais para as contribuições.

A autoridade julgadora de primeira instância julgou procedente a ação fiscal, determinando o prosseguimento da cobrança.

Tempestivamente a contribuinte interpôs Recurso Voluntário de fls. 45/47, onde alega tão-somente as mesmas razões de defesa já expendidas na peça impugnatória.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo n.º: 13822.000161/91-46

Acórdão n.º: 203-00.896

418

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR SEBASTIÃO BORGES TAQUARY

Entendo que a contribuinte não pode ocupar, simultaneamente, as duas vias: administrativa e judicial, postulando o mesmo objeto. Aliás, isso é defeso em lei.

No caso, a recorrente noticiou e comprovou que impetrara mandado de segurança contra atos da autoridade administrativa fiscal, que lhe exigia aquele crédito discutido nos presentes autos.

A propósito, é oportuno, aqui, transcrever o § 2.º do art. 1.º do Decreto-Lei n.º 1.737, de 20.12.79, o qual foi inserido no Parágrafo único do art. 38 da Lei n.º 68.30/80, *verbis*:

"A propositura, pelo contribuinte, de ação anulatória ou declaratória da nulidade de crédito da Fazenda Nacional importa em renúncia ao direito de recorrer na esfera administrativa e desistência do recurso interposto."

Por isso e consoante votos meus, proferido em vários acórdãos desta 3.ª Câmara, inclusive, por exemplo, no de n.º 203-00.161, não conheço do recurso, porque a recorrente renunciou ao seu direito de postular o cancelamento da peça básica, na via administrativa.

Sala das Sessões, em 09 de dezembro de 1993

A signature in black ink, appearing to read "Sebastião Borges Taquary", is written over a printed name. The printed name "SEBASTIÃO BORGES TAQUARY" is positioned below the handwritten signature.